

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES INTERCULTURAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PARNAIBA: O COMBATE AO RACISMO EM QUESTÃO

Veronica Maria Lima Abreu; Thaís Rocha de Souza; Edmara de Castro Pinto,

UFPI-Universidade Federal do Piauí-Campus Parnaíba-PI – ve-lima1@hotmail.com

UFPI-Universidade Federal do Piauí-Campus Parnaíba-PI – thaisboliviana@outlook.com

UFPI-Universidade Federal do Piauí- Campus Parnaíba-PI – edmaracastro@ufpi.edu.br

Resumo: O presente artigo visa abordar a importância do estudo acerca da interculturalidade no âmbito das escolas públicas brasileiras, trazendo uma breve retrospectiva da história do negro no Brasil. Objetiva-se ainda que, seja fomentada a visão dos indivíduos em prol de incitar uma mudança significativa na escola, para que seja permitida a inclusão entre os mais diversos estudantes, valorizando as questões étnico-raciais e a disseminação da cultura de paz. Almeja-se situar a população sobre a necessidade de que os negros tenham as mesmas oportunidades das demais raças em aspectos de qualidade de vida como um todo. Tendo em vista ainda, as condições passadas em que esse grupo foi submetido, os diversos cenários excludentes e a necessidade da implantação de um modelo de ensino mais humanitário e que vise à formação de humanos mais embasados teoricamente e em prática em torno da necessidade de problematizar e atuar em defesa dos que sofrem o impacto de uma grande maioria esmagadora e preconceituosa. Dessa forma, é preciso sensibilizar professores, pais e comunidade a respeito do fato de que esses indivíduos que estão sendo formados terão um papel de suma importância na sociedade, tanto no desenvolvimento social, psicológico, quanto em aspectos econômicos e que todas essas questões irão influenciar nas vivências da população. Portanto, estima-se que, tais questionamentos pertinentes a educação sejam levados para frente e que se fixe um modelo de ensino que traga melhores resultados.

Palavras-chave: Educação, racismo, sociedade brasileira.

1.INTRODUÇÃO

O início da inserção dos negros nas terras brasileiras, segundo mais diversos estudiosos, como Emília Viotti da Costa, se deu através do interesse por parte dos portugueses em terem ao seu domínio uma maior quantidade de mão de obra escravista para atingir benefícios econômicos das classes elitistas, portanto, não existe como falar de capitalismo sem falar das suas consequências. A partir disso, diversos mecanismos de demonstração de poder foram aplicados, sendo alguns deles violência física, psicológica, péssimas condições trabalhistas e uma desvalorização cultural gritante das raízes afrodescendentes, como consequência de um passado cruel, surge o racismo, que segundo o minidicionário contemporâneo de língua portuguesa, organizado por Paulo Geiger, 2012, se trata de um

tratamento injusto ou violento contra pessoas que pertencem a grupo, etnia, cultura etc. diferentes. Desse modo, é perceptível que o negro assume um papel de sujeito, com isso, cabe o questionamento: de que forma a educação teria proliferado tais conceitos equivocados e tão cruéis? Sabe-se que, o primeiro modelo educacional criado partiu da educação familiar, que sempre foi vista como forma de nortear a vida dos cidadãos em aspectos de sobrevivência, morais e até mesmo como forma de situar os indivíduos sobre o papel que ele deve exercer na sociedade, dessa forma, os conceitos racistas começaram a ser perpassados e internalizados como naturais. Dessa forma, conforme Libâneo (1999), p. 25:

“ o campo educativo é bastante vasto, porque a educação ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política. Com isso, cumpre distinguir diferentes manifestações e modalidades de prática educativa tais como a educação informal, não formal e formal.”

A partir disso, é mencionável Durkheim (1858-1917), com a ideia de que educação é uma forma de socialização da jovem geração pela geração adulta, por isso, a consciência individual é influenciada pela consciência do coletivo. Assim, fazendo uma relação entre os autores, surge Bourdieu (1930-2002), que alega a existência de um processo no qual a classe dominante repassa e afirma seus interesses, ele classificou esse processo como violência simbólica, e afirmou que a escola acaba tendo um papel significativo na legitimação da mesma, quando, ela transmite conhecimentos específicos para determinada parte da população. É notório que a cultura afrodescendente não é valorizada nas esferas educacionais e que a única figura do negro ensinada é a do escravo, pouco se sabe sobre negros ativistas e de renome por grandes conquistas sociais, como Luís Gama, escritor e ativista político. O Censo Escolar de dois mil e quinze, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontou que vinte e quatro por cento das escolas públicas brasileiras sequer aborda o racismo como temática a ser trabalhada, todavia, a problemática vai além do discurso da cultura de paz que deve haver nas escolas, como consequência de uma abolição tardia, o negro assume os piores postos nas esferas sociais, então é preciso que haja políticas afirmativas de conscientização junto à um despertar por parte de todos para desenvolverem ações em prol dos mesmos .

A família deve ser atuante nesse processo de formação valorativa das crianças e jovens, porém, em um país no qual o racismo é velado e naturalizado, em que a grande maioria populacional não tem uma bagagem de conhecimento satisfatória é muito difícil que entre em vigor a ideia de igualdade, o que passa a ocorrer é que todas as estimativas pautadas

em educação venham sob responsabilidade da escola, mas, não é apenas a educação dos filhos que é necessária, a dos pais também é indispensável. Porém, enquanto não há essa formação dos pais, a Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 que engloba o ensino infantil, fundamental e médio, é o primeiro contato da criança com os mecanismos de socialização, e é nesse cenário em que o grupo que compõe os profissionais da educação passa a atuar direta e indiretamente na formação de um indivíduo com a consciência de que negros e brancos são iguais à medida que ambos possuem o mesmo potencial para assumir quaisquer posições sociais, econômicas e que acima de tudo, são seres humanos; e ao mesmo tempo diferentes, quando, cada cidadão é um ser que possui a sua subjetividade.

No século atual, muitas vitórias já foram alcançadas, o negro já é visto em ambientes, antes inimagináveis, nos espaços jurídicos, hospitalares, educacionais, dentre outras. Sabe-se que o espaço que os negros ocupam ainda é muito reduzido, a cultura afro sofre com estereótipos negativos, como em religião e em vestimentas, uma vez que, o uso de turbante, por exemplo, assume significados pejorativos ao ser utilizado por um afrodescendente, enquanto, caso um branco use, torna-se moda. Dessa forma, é justo que haja uma meritocracia mascarada? Mas, o que seria isso? Meritocracia é um sistema ou modelo de hierarquização e premiação baseado nos méritos, já o termo “mascarada”, popularmente, vem de “usar máscara”, isto é, em teoria a aplicação de sistemas classificatórios por mérito próprio dos sujeitos é a forma mais justa de selecionar pessoas para as esferas sociais, como no caso das vagas tão sonhadas nas universidades, entretanto é preciso se ater as desigualdades, pois, é inviável e muito raro que um jovem das comunidades periféricas, que tem acesso a uma péssima infraestrutura e um ensino insatisfatório, tenha bagagem de conhecimento capaz de competir com um jovem privilegiado das escolas particulares, então, nota-se a importância das cotas, mas, porquê são ofertadas tão poucas vagas aos negros? Volta-se a refletir sobre essa questão. Outro ponto de discussão é que, como o Brasil é um país miscigenado e que possui uma quantidade muito elevada de população negra de baixa renda e má ou nenhuma formação escolar, é comum que boa parte dos mesmos esteja desempregada, com trabalhos informais ou em presídios, o que é uma grande problemática a ser debatida, pois, sem dúvida, uma das vertentes influenciadoras é a falta de oportunidade e de recursos.

Para Candau (2003), a escola, por sua vez, é um espaço que permite as mais variadas relações sociais, isto é, ela pelo fato da escola trabalhar com diversidades, ela pode ter duas ramificações, ou romper o preconceito ou difundi-lo, e o que ela tem feito? Não é justo culpar apenas uma instituição social, e a questão nem é o foco em apontar culpados, uma vez que, o

racismo é fruto do coletivo, a intenção é elencar soluções viáveis a atender as necessidades das minorias e entender o papel da escola nesse processo. Portanto, como diz Libâneo, (1994, p. 70): “a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade”.

É necessário entender que o povo brasileiro tem raízes de uma sociedade escravocrata que estabeleceu relações de poder e dominação e que isso não foi completamente abolido dos cenários brasileiros. O negro foi colonizado e perdeu o acesso a sua cultura em prol de assumir uma nova identidade, a de sujeito. É nesse ponto que a interdisciplinaridade nas escolas é uma grande aliada na ruptura do racismo, os livros de sociologia podem abordar a inclusão, a subjetividade dos alunos, fazer um misto de culturas e mostrar a necessidade de que a sociedade seja modificada em torno da igualdade; os livros de história podem assumir um novo significado para o jovem negro, como mecanismo de apresentar a cultura de um povo que vai além do colonizador e das senzalas; os livros de filosofia podem estimular a atuação de jovens democráticos e ativos na sociedade, além de tantos outros livros, até mesmo por ser dever assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases no 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que faz obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas. Com isso, utilizando Bourdieu (2001) com a teoria do habitus que é a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, é preciso definir cidadãos, no caso professores, como agentes sociais que podem aceitar ou não os discursos impostos, entendendo a dimensão do papel do educador como difusor de ideias, e que ele pode usar essas ideias no combate ao racismo, como diz Paulo Freire, (1979, p.84) “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Um dos processos importantes para a ruptura do racismo nas escolas é a pesquisa, tanto em razões intelectuais quanto em razões práticas. Para Gil (2007, p. 17), a pesquisa é o

(...) o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Dessa forma, é de suma importância que o referencial teórico seja tratado como uma questão insubstituível no debate contra o racismo, pois sem ele, não há prática. Assim, os profissionais da docência devem compreender que o domínio do saber possibilita uma

consciência crítica e permite que seres pensantes possam ser ativos no processo de uma educação transformadora para além dos muros das escolas. Com isso, há um despertar sobre o impacto positivo que a ciência, a pesquisa e os projetos podem ter na vida dos estudantes.

Portanto, a discussão presente nesse artigo se faz necessária para romper os paradigmas racistas perpetuados durante os séculos, objetivando que as escolas, como instituições sociais se atenham a problemática, possibilitando uma valorização das culturas étnico raciais, um empoderamento negro e uma inclusão justa e igualitária que faça relação com teoria e prática, utilizando-se do conhecimento como poderio fundamental, compreendendo que o conceito de cultura não se restringe a um universo fechado, logo, no processo de construção de saberes e valores é preciso compreender a historicidade das etnias e raças rompendo o caráter monocultural das escolas, possibilitando que as futuras gerações construam uma identidade mais rica e que abrace a causa da luta social por reconhecimento para os movimentos dos grupos subalternizados numa dimensão respaldada em aceitar as contribuições das diversas culturas na construção da sociedade nacional brasileira .

Diante do exposto, cabe à escola se moldar a atender as necessidades de adaptação a uma sociedade mutante, que desconstrua possíveis meios de padronizar os estudantes e lute contra as formas discriminatórias e de desigualdade racial, econômica, social, ou seja ela qual for, ressignificando assim o ensino na contemporaneidade e no futuro se atendo as subjetividades da população brasileira, quando, se reconhece as diferenças como construções de origem histórica e social, fruto da globalização, migrações, imigrações, aculturação, dentre outros. Por isso, debates com fundamento na compreensão da relação Escola-Sociedade, são indispensáveis para possibilitar múltiplas transformações positivas capazes de marcar as mais diversas sociedades.

2. METODOLOGIA

O presente artigo tem uma abordagem de natureza qualitativa, do tipo estudo bibliográfica, para Martinelli (1999, p. 115)

a pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar.

Além do mais, foi utilizado o método de estudo de caso, que, para Goode e Hatt (1979, p. 421-422) é um método que serve para olhar a realidade social. “Não é uma técnica específica,

é um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado”.

Os instrumentos de pesquisa foram perguntas abertas e fechadas, e entrevista semi-estruturada, para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica certos questionamentos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Todo esse conjunto de questões aliado às análises obtidas durante o período de estada lá foi que impulsionaram o desenvolvimento dessa pesquisa. Todavia, é de suma esclarecer que o período de estada naquela instituição foi motivado através de um estágio não obrigatório afim de contribuir para o melhor desenvolvimento de uma criança especial . Porém, as relações com a escola e os alunos se expandiram de forma inimaginável, então compreender aquele espaço da melhor forma possível interfere na dimensão afetiva.

Perguntas para entrevista semi-estruturada

Quais os aspectos da infraestrutura da instituição escolar?

Qual a formação dos docentes?

Com que turmas a escola trabalha?

Quais as queixas escolares que reverberam na aprendizagem dos estudantes?

A escola trabalha interculturalidade? Se sim, de que forma?

Quais as dificuldades de se tratar questões étnicas raciais na instituição?

Como estudante com raízes vindas de uma escola pública do Maranhão, acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, Campus Parnaíba, interessada no âmbito educacional e familiarizada com o trabalho exercido pela rede municipal, revelo algumas das motivações que deram origem à esse trabalho: como já mencionado, houve um estagio não obrigatório, este durou mais ou menos um semestre, em uma escola inserida na comunidade periférica de Parnaiba, instituição na qual tem havido o despertar acerca dos primeiros passos em direção a ter um papel diferenciado na vida dos estudantes. Durante cerca de três meses no ano de dois mil e dezoito, foram ocorrendo diversos questionamentos interiores sobre como a escola trabalhava essas questões como um todo e o resultado será analisado no decorrer deste trabalho. O tema foi escolhido mediante ao fato de que as relações étnico-raciais trazem

debates ricos para as pesquisas sociais do âmbito das ciências humanas. Segundo Gil (1999, p.42) a pesquisa social é

“(...) o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção e novos conhecimentos no campo da realidade social.”

Portanto, realizar um trabalho de pesquisa versando essa temática, em um bairro sem visibilidade política, com grande incidência de marginalização, traz criticidade e reflexão sobre como está sendo trabalhada a interculturalidade, racismo e educação na realidade social das escolas brasileiras e possibilita discussões sobre como essa pesquisa pode impactar diretamente em uma transformação positiva na comunidade parnaibana e no âmbito escolar como um todo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao fazer uma análise de como a escola da rede municipal de Parnaíba trabalha interculturalidade e racismo entre o corpo docente e os alunos, pretende-se descobrir em que direção às escolas públicas brasileiras tem andado para romper paradigmas racistas causadores de diversos danos físicos, psicológicos e econômicos na vida dos sujeitos. Inicialmente, o interesse no estágio era de entrar para apenas para ter experiência docente com crianças especiais, todavia, houveram impulsos decorrentes das vivências naquele ambiente, desde o caminho para chegar no destino, que era marcado por habitantes nitidamente desfavorecidos economicamente até ao funcionamento a escola, em si, com o intuito de compreender aquela escola como um todo. No entanto, ao participar de debates, rodas de conversas, discussão, atividades que vão além dos muros na Universidade Federal do Piauí (UFPI) através do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Juventudes (NEPJUV), que trabalha linhas de pesquisas voltadas as minorias, inclusive, questões referentes às africanidades, surgiu um despertar significativo para estudar essas questões.

Foram questionados seis membros docentes, sobre infraestrutura da instituição, embates na educação e aplicação de projetos interculturais. Com isso, foram elencados os principais pontos observados: A estrutura da escola não está completamente satisfatória, faltam cadeiras, ventiladores, dentre outros materiais, falta recursos para as crianças lancharem durante o intervalo, nem todos os profissionais da instituição possuem formação

adequada, os pais estão presentes, mas por serem sem formação e sem condições financeiras, acabam não dando o suporte necessário aos filhos, os professores contam com níveis alarmantes de alunos que não sabem ler e outras queixas escolares, e por isso, trabalhar interculturalidade frequentemente ainda é uma realidade distante, apesar de que, aqueles profissionais mostram interesse nessa temática, respaldados pelo respeito e empatia entre todos. Todavia, sabe-se que mesmo com a necessidade de formar pessoas humanizadas, é preciso que seja debatida uma ação em conjunto. Entre os profissionais ouvidos, dois relataram o quanto aquelas crianças em comunidade marginalizada, se sentem felizes com a realização de projetos extraclasse, mas ressaltaram a dificuldade que é possibilitar essas experiências aos mesmos, por falta de recursos e também pela preocupação com satisfazerem as exigências do currículo escolar. Outro ponto mencionável é que as crianças da instituição convivem em uma comunidade em que, segundo dados empíricos, existe uma quantidade alarmante de drogadição, por isso, ao pensar a criança negra em ambiente de subalternização, que irá crescer e conviver com uma massa esmagadora proliferadora de discursos de ódio pautados em racismo, é possível que por falta de escolarização e oportunidades, a mesma acabe entrando no mundo da criminalidade cedo, e faça parte de mais uma tabela repleta de jovens vítimas da sociedade.

Ao entender escola como espaço multiétnico, entende-se também que, é um lugar de variedades e que essas diferenças constituem uma grande riqueza cultural para o Brasil, e com isso, é de suma que a mesma deve trabalhar as subjetividades dos grupos étnicos de forma inclusiva e que possibilite as mais diversas interações com os grupos que compõem a sociedade brasileira. Por isso, tanto o docente que já está atuando e o docente em formação possuem um grande papel no ensino de uma aprendizagem significativa na vida de todos os estudantes. O professor é então, um profissional que possui autonomia para construir caminhos que visem o empoderamento dos grupos tratados como minorias e também capaz de produzir discursos que estimulem a valorização da cultura de todos os indivíduos em torno de promover uma aceitação por parte dos mesmos.

Dessa forma, as escolas públicas brasileiras possuem dados alarmantes de falta de recursos financeiros, conseqüentemente, falta de infraestrutura, má remuneração salarial do profissional dos espaços escolares, dentre diversas outras ramificações influentes na educação de crianças, jovens e adultos. Por isso, foram aplicados questionários nessa determinada escola pública, em comunidade periférica, na cidade de Parnaíba-PI, para que sejam analisados como essas instituições conseguem trabalhar temáticas étnico raciais, visando as

suas mais diversas limitações e pensando em como o futuro pedagogo deve estar pronto a trabalhar com currículo e sociedade nesse cenário tão desafiador, além de elencar como a didática é tão influente nesse processo de ruptura do racismo e das demais formas excludentes. Segundo Bobbitt (1918,1922,1924), em *The curriculum*, o currículo aplicado a educação se traduz em uma série de coisas as quais o aluno tem que fazer e experimentar, para que saibam resolver os problemas da vida adulta e serem como os adultos devem ser de fato, isso implica dizer que esse currículo, ao determinar o que o aluno vai aprender, irá determinar também como serão seus comportamentos no decorrer da vida, portanto, é preciso compreender que ao se trabalhar interculturalidade nas escolas, muito irá ser desmistificado e o discurso impregnado será outro. Notou-se que, os professores reconhecem a necessidade da discussão dos problemas sociais e compreendem que a escola tem um peso significativo nas questões valorativas dos indivíduos.

Em primeira instância, os resultados alcançados mostram que para que a escola rompa barreiras interculturais, ela não pode ser tratada como um negócio que estabeleça metas para atingir capital financeiro no futuro, mas, por sua vez, a gestão escolar deve ser pautada em uma visão social, política, interacionista, sem esquecer da axionomia, para que seja uma instituição de qualidade, que vise o cooperativismo, empatia e a ideia de de igualdade. Segundo Bernuzzi de Sant'anna (1995, p. 12), o corpo é “ uma memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser (re)fabricado ao longo do tempo.”, logo, o corpo passa a ser visto como fruto de processos educacionais e sociais.

Portanto, ao pensar educação e cultura de paz nas escolas, é preciso compreender educador e aluno como agentes ativos na fomentação de processos calcados na desconstrução de tabus, sendo assim, parceiros dispostos a ter uma criticidade em torno do mundo e trabalhar ao redor da mesma. Durante a aplicação dos questionários, viu-se que há o desejo, por parte dos profissionais da educação, de que esse repensar do ensino entre em vigor, uma vez que, foi perceptível que esses profissionais, durante a sua carreira profissional, estabeleceram vínculos afetivos com os alunos e isso faz com que se almeje uma qualidade de vida satisfatória para eles. Então, pensar educação para além das relações étnica raciais é também pensar em saúde e segurança pública, uma vez que as consequências do racismo envolvem danos psicológicos, mas, todavia, não se limitam a isso, quando, por exemplo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em dois mil e dezessete, a cada vinte e

três minutos morre um negro no Brasil, por isso, a prática de políticas públicas é indispensável, aliada às campanhas conscientizadoras.

Mediante a pesquisa analisada, constatou-se ainda que, as temáticas que trabalham interculturalidade nas escolas públicas são trabalhadas normalmente apenas em dias do calendário anual, como o Dia da Consciência Negra, com isso, o que deveria ser reforçado constantemente, acaba se transformando em apenas mais um mini evento escolar. Todavia, é indiscutível que a presença dessas datas são de suma importância e que a obtenção das mesmas já é um grande avanço, porém, é necessário focar que o professor deve ser um pesquisador, em formação contínua e que trabalhe temas transversais constantemente para que seus alunos sejam conscientizados e sintam vontade de repassar esses diálogos em todos os ambientes em que eles estiverem presentes, proliferando assim, uma pequena revolução de ideias, conhecimento e empatia.

Desse modo, é viável pensar nas comunidades de ação, logo, refletir sobre isso envolve um contexto, uma temporalidade, sendo assim, uma discussão ampla. O que se deve pensar agora é na formação e atuação de um sujeito crítico no processo de ruptura do racismo e na implementação de práticas pedagógicas que atuem no ensino da interculturalidade. Por isso, ao educar jovens de maneira íntegra e valorativa, a sociedade se direciona a romper as barreiras fortalecedoras das desigualdades nas escolas e posteriormente na comunidade em si. Com isso, ao efetuar essa pesquisa, almeja-se que ela contribua à oposição dos paradigmas pautados em tabus sociais impulsionados por ideários preconceituosos que acabam por inferiorizar ou hierarquizar sujeitos socialmente e que essa pesquisa sirva de estímulo para que outros acadêmicos desejem se especializar e problematizar temas que se apropriem da desconstrução de estereótipos influentes nas desigualdades sociais, respeitando assim, os direitos humanos na construção de sociedades mais democráticas e inclusivas que visem trabalhar com a cultura de paz.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo é de total relevância para o meio acadêmico, uma vez que, a diversidade de grupos socioculturais é o que possibilita as interações interculturais, colaborando assim para que as diferenças se afirmem e se manifestem através das mais diversas experiências. Ao pensar no grupo composto por afrodescendentes no âmbito das escolas brasileiras, em especial da rede pública, por não incluir todos os pressupostos de uma educação intercultural

e, ainda, a discussão do racismo existente (velado ou não), possibilitou um olhar crítico em torno da prática pedagógica do corpo docente, pautado na potencialização de mecanismos de aprendizagem que visem trazer inclusão e que façam com que a sociedade avance contra as desigualdades e as mais diversas discriminações, sobretudo no espaço escolar. Pierucci (1999) menciona que:

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? (...) .A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envolvidos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se, em ritmo acelerado e perturbador, a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de fato (...), mas somos também diferentes de direito. (Pierucci, 1999, p.7)

Portanto, incluir o negro ou qualquer outro grupo sujeitoado como membro de uma sociedade em que todos são iguais, também traz um embate, aquele respaldado na diferença como característica positiva dos indivíduos. Com isso, cabe o questionamento: Até que ponto todos são iguais e em qual medida se deve trabalhar as particularidades de cada um? Pensando nisso, esse trabalho trouxe contribuições pessoais, um despertar para a prática das escolas na dimensão étnico racial e interculturalidade como um todo, além de fomentações para o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Juventudes (NEPJUV), uma vez que, é uma pesquisa que será levada para frente, com a proposta de implementação de um Laboratório de Educação, Juventudes e Interculturalidade (LAJI) na Universidade Federal do Piauí, que aplicará oficinas, eventos e terá uma dinamicidade para conscientizar os futuros docentes sobre a importância de romper paradigmas discriminadores e abrirá espaço para que demais estudantes se apropriem das temáticas discutidas. A ideia de desenvolver essa pesquisa é de mobilizar as escolas e a sociedade para a abordagem dessas temáticas e, com os objetivos da pesquisa alcançados parcialmente, possamos avançar mais ainda sobre as problemáticas apresentadas para que todos e todas sejam sensibilizados em prol de uma conscientização de que os membros que foram inferiorizados possam desfrutar dos mesmos direitos que os demais em todos os setores com harmonia e união em uma dimensão coletiva.

REFERÊNCIAS

BOBBITT, John Franklin. **O currículo**. Lisboa: Didática, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. **O Poder. Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16

CANDAU, Vera Maria. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): uma aproximação. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10ª ed. Trad. De Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

GOODE, W. J.; HATT, P. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flavio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.